

CAPÍTULO 5

PERÍCIA EM PLATAFORMAS, NAVIOS SONDA, UNIDADES DE PRODUÇÃO E ARMAZENAMENTO E UNIDADES DE ARMAZENAMENTO DE PETRÓLEO

0501 - DEFINIÇÕES

a) Declaração de Conformidade – documento que atesta a conformidade de plataformas, navios sonda, unidades de produção e armazenamento de petróleo (FPSO) e unidades de armazenamento de petróleo (FSO), com os requisitos estabelecidos nas normas em vigor relativos à segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição no meio aquaviário.

b) Declaração Provisória de Autorização para Operação – documento, com validade máxima de trinta dias, que autoriza a operação da plataforma, navio sonda, FPSO e FSO, até a emissão da Declaração de Conformidade.

c) Perícia de Conformidade de Plataforma – perícia realizada em plataformas, navios sonda, unidades de produção e armazenamento de petróleo (FPSO) e unidades de armazenamento de petróleo (FSO) para verificação da conformidade dessas embarcações com os normas em vigor, relativas a “segurança de navegação salvaguarda de vida humana no mar e prevenção da poluição no meio aquaviário

0502 - APLICAÇÃO

Deverá ser realizada perícia de conformidade para verificação dos requisitos estabelecidos nas normas em vigor, aplicáveis às atividades de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural, em toda plataforma, navio sonda, FPSO e FSO de bandeira nacional ou estrangeira que for operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras – AJB.

0503 – REALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS

As perícias serão realizadas por perito das Capitánias e Delegacias (CP/DL) antes de início de qualquer operação, inclusive aquelas destinadas ao posicionamento e comissionamento das unidades.

0504 - PRÉ-REQUISITOS DA PERÍCIA

a) Classificação

A plataforma, navio sonda, FPSO e FSO estrangeiro que for operar em AJB por período superior a 30 (trinta) dias deverá ser mantida em classe e possuir os certificados estatutários emitidos por uma das Sociedades Classificadoras autorizadas a atuar em nome do Governo Brasileiro.

b) Condições da unidade

A plataforma, navio sonda, FPSO e FSO deverá, antes do início da perícia, estar fundeado em águas abrigadas ou atracado/a, totalmente descarregado/a, desgaseificado/a e sem lastro (FPSO e FSO), observando-se as medidas de segurança aplicáveis.

Os casos em que a unidade tenha sofrido docagem a menos de dois anos, a perícia interna dos tanques de lastro e de carga poderão ser substituídas pelo Relatório da citada docagem emitido pela Sociedade Classificadora do navio, incluindo o resultado das medições de espessura dos tanques e do exame de equipamentos e sistemas auxiliares instalados dentro dos tanques de carga, tais como ,sistema COW, sistema de aquecimento da carga e outros. Nesses casos, as unidades não necessitam estar desgaseificadas, contudo, isto poderá ser solicitado caso haja indício de que a perícia deva ser aprofundada.

c) Solicitação da Perícia

I) Unidades estrangeiras para as quais já tenha sido emitido AIT e para unidades de Bandeira Brasileira

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia (CP/DL) do porto onde a perícia deva ser realizada uma Solicitação de Perícia de Conformidade de Plataforma (SPCP), formalizada em documento preenchido de acordo com o modelo constante do [ANEXO 5-A](#). A SPCP, tendo como anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no item [0103](#) desta NORMAM, deverá dar entrada na CP/DL, com cópia para a DPC, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax.

II) Unidades estrangeiras para as quais ainda não tenha sido emitido o AIT.

O armador ou seu preposto deverá encaminhar à Capitania/Delegacia (CP/DL) do porto onde a perícia deva ser realizada uma Solicitação de Perícia para Emissão de AIT, assinalando o campo relativo à Perícia de Conformidade para Plataforma (PCP), formalizada em documento preenchido de acordo com o modelo constante do [ANEXO 1-E](#), tendo como anexo a cópia do comprovante de pagamento da indenização prevista no item [0103](#) desta NORMAM. A solicitação deverá dar entrada na CP/DL, com cópia para a DPC, podendo ser utilizado o meio postal ou telefax.

d) Documentação necessária

Os Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais, das quais o Governo brasileiro é signatário, os certificados de classe e de registro da embarcação, e os documentos que comprovem a razão social do armador, operador, segurador do casco e segurador da unidade (*P&I Club*) deverão estar disponíveis a bordo por ocasião da perícia.

e) Apoio

Os armadores ou seus prepostos deverão providenciar todo o apoio de material, transporte local, etc., necessários para realização da perícia de conformidade. Deverá, também, haver o contato prévio com a CP/DL para o detalhamento do apoio necessário.

0505 - ESCOPO DA PERÍCIA

a) Quanto aos Certificados

Verificação dos Certificados Estatutários previstos nas Convenções Internacionais das quais o governo brasileiro é signatário, bem como os certificados de classe e de registro da embarcação.

b) Quanto à Estrutura

Inspeção das estruturas internas dos tanques de carga, tanques de lastro e carga e outros tanques, caso existentes. Examinar relatório da última docagem (*survey report*).

c) Quanto aos Sistemas

Inspeção visual e operacional de sistemas de navegação, prevenção da poluição, carga e lastro, gás inerte e lavagem de tanques com óleo cru (COW), amarração, comunicações, propulsão e sistema de governo e condições gerais.

d) Quanto aos Procedimentos operacionais

Deverão ser verificados os sistemas de gerenciamento de segurança, carga e descarga, transbordo de pessoal e carga e demais instruções e procedimentos operacionais.

0506 - LIBERAÇÃO DA UNIDADE PARA OPERAÇÃO

Após a realização da perícia, caso não seja apontada qualquer deficiência, será emitida uma Declaração de Conformidade de acordo com o modelo contido no [Anexo 5-C](#), com validade de 1 ano.

Uma Declaração Provisória de Autorização para Operação poderá também ser emitida pelo Capitão dos Portos ou Delegado, caso as deficiências apontadas não representem risco para a embarcação. Nesse caso, a declaração deverá possuir em anexo uma lista com as exigências, contendo a natureza e o prazo para cumprimento das deficiências apontadas.

O modelo de Declaração Provisória de Autorização para Operação consta do [Anexo 5-B](#).

Caso sejam constatadas pelo perito, avarias ou deficiências que requeiram análise aprofundada, a unidade não será autorizada para operação, devendo ser solicitado ao Armador que obtenha da Sociedade Classificadora um parecer específico sobre a discrepância apontada. Somente após a análise desse parecer, o Capitão dos Portos ou o Delegado irá avaliar a conveniência de emitir o documento de autorização correspondente ou determinar a correção das deficiências apontadas.

O Armador ou seu representante deverá acionar a Sociedade Classificadora da unidade, que passará a acompanhar os reparos para posteriormente solicitar a baixa nas exigências observadas. A liberação da unidade ficará condicionada a análise e ratificação, pelo Capitão dos Portos ou Delegado, do relatório da Sociedade Classificadora, atestando que as deficiências observadas foram sanadas e/ou da sua confirmação a bordo pelo perito.

0507 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À SOLICITAÇÃO DE PERÍCIA DE PLATAFORMAS, NAVIOS SONDA, FPSO E FSO

A solicitação à CP/DL da autorização para operação de plataforma, navio sonda, FPSO e FSO, deverá conter os seguintes documentos:

- 1) Requerimento ao CP/DL solicitando a realização da perícia, conforme modelo do Anexo 5-A, preenchido com os dados da unidade;
- 2) Certificado de Responsabilidade Civil por Danos Causados por Poluição por Óleo ou outra garantia financeira equivalente, estabelecida na Convenção CLC;
- 3) Cópia de Certificado de Seguro P&I com cláusula de remoção de destroços; e
- 4) Documentos que comprovem a razão social do armador, operador, segurador do casco e segurador do navio.

Nos casos em que a plataforma, navio sonda, FPSO e FSO sejam de bandeira estrangeira, a solicitação de perícia de conformidade para verificação dos requisitos aplicáveis às atividades de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural compreenderá também a solicitação de perícia para emissão de AIT, não sendo necessário encaminhar solicitação em separado. Nesse caso, os documentos juntados a solicitação deverão atender às exigências aplicáveis de acordo com o Capítulo 1 desta Norma.

0508 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E PRAZO DE VALIDADE

Após a análise dos documentos e da verificação da inexistência de deficiências, ou de que as deficiências observadas na perícia foram sanadas, a CP/DL emitirá a DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (STATEMENT OF COMPLIANCE) para a unidade, com validade de 1 (um) ano a contar da data da perícia. O modelo do DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE encontra-se no [ANEXO 5-C](#).

A Declaração de Conformidade será emitida em quatro vias originais que serão destinadas, respectivamente, para a DPC, ANP, CP/DL e para a embarcação. As duas vias destinadas à DPC e a ANP deverão ser encaminhadas à DPC.

A renovação da Declaração de Conformidade deverá ser efetuada mediante a realização de nova perícia.

0509 - CONTROLE

a) Listagem de Plataformas, Navios Sonda, FPSO e FSO autorizados a operar em AJB

A DPC divulgará e manterá atualizada a listagem com as plataformas, navios sonda, FPSO e FSO, de bandeira nacional ou estrangeira, em conformidade com os requisitos aplicáveis às atividades de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural, na página da Internet.

A embarcação que receber a Declaração Provisória somente constará da listagem de plataformas, navios sonda, FPSO e FSO autorizadas publicada pela DPC, após cumprir as exigências apontadas na perícia.

b) Retirada de exigências

A solicitação de perícia para retirada de exigências deverá ser encaminhada preferencialmente à mesma CP/DL para a qual foi encaminhada a solicitação da perícia inicial. No caso em que a retirada de exigência for efetuada em outro local, a CP/DL que efetuar a verificação do cumprimento das exigências deverá comunicar à CP/DL onde foi realizada a perícia inicial, o resultado da verificação, a fim de possibilitar a emissão da Declaração de Conformidade.

c) Manutenção a bordo de documentos da perícia.

As plataformas, navios sonda, FPSO e FSO autorizadas a efetuar atividades de perfuração, produção e armazenamento de petróleo e gás natural em AJB deverão manter a bordo a DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE ou a DECLARAÇÃO PROVISÓRIA DE AUTORIZAÇÃO PARA OPERAÇÃO.

d) Controle de Posicionamento das Unidades

As plataformas, navios sonda, FPSO e FSO autorizados a operar em AJB deverão manter as CP/DL com jurisdição sobre a sua área de operação informadas continuamente sobre o seu posicionamento e intenção de movimento.

Essas informações deverão incluir a posição atual das unidades e, antecipadamente, a previsão de alteração de posição na qual deverá constar a data prevista para início da movimentação e a nova posição pretendida. Deverá também ser confirmado o início da movimentação e a efetiva chegada à nova posição.

0510 - ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTOS PARA A ANP

As Declarações de Conformidade definitivas serão encaminhadas mensalmente à ANP pela DPC, que receberá as vias emitidas pelas CP/DL.